Europa

A União mudou assim tanto?

Maria João Seabra

De 1992 a 2002, da comunidade à União, de Maastricht a Nice, passando por Amsterdão, da cooperação política europeia à política externa e de segurança comum, o que mudou de facto na integração europeia?

2002 poderia ter sido um grande ano para a União Europeia. Se é certo que o ano ainda não acabou, já é pouco provável que venha a ser um ano claramente marcante no processo de integração europeia. Ou melhor, as marcas que deixará poderão não ser as mais positivas, à imagem e semelhança do que aconteceu em 1992.

1992 foi o ano do mercado único, passo essencial da consolidação do projecto europeu mas não só pouco atractivo como pólo agregador do apoio público à integração como fraco catalisador para o desenvolvimento político da União. Em 2002, a introdução física do euro decorreu tranquilamente e sem sobressaltos mas não parece ter tido qualquer efeito concreto no aprofundamento da integração.

1992 foi o ano da assinatura do Tratado de Maastricht, que fundava a União Europeia e criava alguns instrumentos políticos essenciais para a consolidação da integração, com a criação da Política externa e de Segurança Comum e da Cooperação na Justiça e Assuntos Internos. Mas foi também o ano em que os cidadãos dinamarqueses rejeitaram, em referendo, o novo tratado (que, com as excepções concedidas a esta país, seria aprovado no ano seguinte). Em França, a magríssima vitória do sim no referendo de Setembro fez a Europa tremer.

Em 2002, é o processo de ratificação do Tratado de Nice que conhece um sobressalto, quando a europeísta Irlanda o rejeita em referendo. Foi necessário um segundo referendo, que decorreu no passado dia 19 de Outubro, para que o sim ganhasse. Mais uma vez, os dirigentes dos Estados membros e das instituições comunitárias respiram de alívio – mas, o que poderia ter acontecido se outros países tivessem optado por referendar o Tratado de Nice? Aliás, Nice é fundamental para outra questão central que poderia marcar positivamente 2002: o alargamento.

A entrada na União de dez novos Estados membros, sobretudo dos oito da Europa central e de leste, deveria ser um momento marcante para a Europa, o definitivo ponto final da Guerra Fria que dividiu o continente. Mas, mais uma vez, a declaração formal da Comissão Europeia, em Outubro, de que dez dos treze países candidatos poderão aderir em 2004 não passou mesmo de uma formalidade, sem a carga simbólica de um "encontro com a História".

Mas 1992 ficou marcado como o ano do regresso brutal da guerra à Europa. No território da Jugoslávia, a guerra tinha começado em 1991, mas foi a brutalidade do conflito na Bósnia que chocou os europeus e demonstrou à saciedade a ineficácia, mesmo o fracasso, da União. A guerra estava de volta ao território europeu, gerando, entre os cidadãos europeus, uma enorme descrença relativamente à actuação – e sobretudo à inacção – da Europa. Em 2002, com a ausência da União do Médio Oriente, com a política em relação ao Iraque a dividir os Estados europeus, com a cedência aos Estados Unidos relativamente ao TPI, a descrença e o cepticismo estão de regresso.

Para explicar a actuação da Europa no conflito da Bósnia, duas justificações surgiam invariavelmente. Em 1992/93 – antes da entrada em vigor do Tratado de Maastricht – muitos líderes europeus afirmavam que, caso o Tratado já estivesse em vigor, a União poderia ter feito uso dos seus instrumentos e ter tido uma actuação mais eficaz. Em 2002, o Tratado de Maastricht já foi revisto em Amsterdão, os instrumentos estão mais ou menos testados mas os resultados não parecem ser muito melhores. É certo que na Bósnia e no Kosovo, após a intervenção militar, a actuação da União tem sido proveitosa – ou seja, a União tem conseguido fazer a gestão civil de crises. O famoso "número de telefone" também já existe, e é Javier Solana, o Senhor PESC, que o atende. Mas, a partir daí, pouco mudou. Quando uma delegação europeia tenta falar com Arafat e Israel lhe nega, pura e simplesmente, o acesso a Ramallah, o diagnóstico é simples: a União continua a ser um mero figurante no palco da política internacional, para além dos meios financeiros, dos instrumentos e dos tratados.

A segunda justificação frequentemente usada em relação ao conflito na ex-Jugoslávia centrava-se na manutenção da coesão europeia – afirmava-se que um conflito nos Balcãs não tinha levado a um conflito entre a França e a Alemanha e que, globalmente, se tinha preservado a unidade entre os Estados membros.

Dez anos mais tarde, a União Europeia cede relativamente ao Tribunal Penal Internacional, permitindo que os membros celebrem, se assim o desejarem, acordos bilaterais com os Estados Unidos de não-extradição de cidadãos americanos para serem julgados pelo TPI. Desta vez, para além da *unidade* entre os Quinze, preservam-se também as relações transatlânticas, mesmo que com um elevado custo – se o TPI é uma tradução prática dos princípios e valores em que se baseia a própria integração europeia, com que legitimidade poderá a União exortar estados terceiros a ratificarem o estatuto de Roma?

Passados dez anos, a União continua a reger-se pelo mínimo denominador comum e a política externa continua, em grande medida, a ser determinada internamente, por sucessivas tentativas de conciliação entre os interesses dos Estados membros. Mas, 2002 é também o ano da Convenção Europeia, onde se discute o futuro da Europa e se prepara o tratado que sairá da Conferência Intergovernamental de 2004, um processo de reforma dos tratados muito mais abrangente e inclusivo do que os anteriores, marcados pelo secretismo e pelas negociações diplomáticas de última hora entre os Estados membros. É nos trabalhos da Convenção que reside a esperança de que, afinal, talvez 2002 seja o início de mudanças significativas na união política da Europa.